



## E AS MULHERES NÃO SÓ PINTAM E BORDAM: OFÍCIOS EXERCIDOS POR MULHERES NO SÉCULO XIX

Cecília Vieira do Nascimento  
Faculdade de Educação da UFMG  
[ceciliavinas@gmail.com](mailto:ceciliavinas@gmail.com)

Em entrevista concedida a um grupo de antropólogas brasileiras<sup>1</sup>, Joan Scott, quando perguntada sobre seu difundido artigo ‘Gênero: uma categoria útil de análise histórica’, escrito em 1988 e traduzido no Brasil dois anos depois, disse manter a perspectiva divulgada ali quanto à definição da categoria gênero<sup>2</sup>. Em suas palavras: “[...] *gênero é a organização social da diferença social. Ele (o termo) não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade*”.

E continua,

A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada em seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1998, p. 95)

A despeito de uma série de divergências quanto à forma de se escrever/inscrever as mulheres na história, pode-se dizer, com certa tranqüilidade, que os estudos de gênero desenvolvidos nas últimas décadas, consolidaram a compreensão de que as relações entre os sexos são demarcadas por elementos culturais, definidas em termos históricos e sociais

Mas por que avançamos tanto na compreensão das formas históricas em que vem se dando as relações entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, temos tanta dificuldade em desvencilhar de uma arraigada representação quanto ao modo de compreendermos mulheres e homens na história? Talvez porque apontar as relações de gênero como culturais não baste; é possível que este apontamento represente apenas o ponto de partida da discussão; essencial, contudo, não definidor/formalizador.

O que entendo por arraigada representação em torno da história das mulheres é a insistência com que essa é associada a alguns perfis, padrões, condições, a despeito de um número considerável

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida a Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial em Paris, no ano de 1998. Cf. *Estudos feministas*. Ano 6, 1 semestre, 1998. SCOTT, Joan. Entrevista. *Estudos feministas*. Ano 6, 1 semestre, 1998.

<sup>2</sup> Contudo, a década seguinte ao da escrita desse artigo, considerando a densidade que os estudos de gênero continuaram adquirindo, reverberou outras problematizações, argumentações, e conduziu a discussão para rumos nem sempre convergentes às perspectivas de Joan Scott, levando-a inclusive a reconhecer os limites do termo. Na entrevista citada, Scott insinua certa necessidade de repensar a categoria *gender* que, segundo ela, tornou-se estereotipada, sinônimo de mulher, apropriada por cientistas das ciências sociais que nem sempre são feministas, ou seja, que não necessariamente trabalham na perspectiva da elucidação das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, condição imprescindível nos estudos de gênero, segundo a autora. Curioso perceber que a autora, prestigiada no Brasil, tem pouca entrada na França, proporcional ao espaço concedido aos estudos de gênero naquele país. Predomina ali estudos sobre relações sociais dos sexos, diferença sexual.



de trabalhos que, nas últimas duas décadas sobretudo, vem se realizando em torno da história das mulheres.

Discursos envolventes sobre as mulheres na história atribuem-lhes lugares, comportamentos, condições que nós, pesquisadores e pesquisadoras, nos vemos, em determinados momentos, envolvidos por eles, com uma história contaminada, politizada, importante, mas por vezes passional, marcada por certo presentismo, excesso de militância. Talvez essas permanências revelem a dificuldade de se captar na história as relações de gênero, que parecem perpassadas por algo inapreensível, indizível que, na nossa racionalidade, queremos preencher<sup>3</sup>. Essa dificuldade pode ser uma justificativa para o fato de os estudos sobre mulheres focarem sobremaneira as prescrições, o idealizado, o imaginado para esse grupo, pensado de forma sistemática desde pelo menos os reformadores moralistas do iluminismo.

Se a *diferença sexual não é causa originária*, como nos lembra Scott, e nem dela deriva a organização social, longe de incorrer em essencialismos, não se pode negar a força que essa marca do corpo tem tido, ao longo dos tempos, na vida dos indivíduos; marca que tem permanências – mesmo que não estaticamente – nos lembrando que homens e mulheres devem construir (incorporar) masculinidade e feminilidade, inclusive no corpo<sup>4</sup>.

Compreender gênero como condicionado culturalmente requer uma aproximação da forma como homens e mulheres se relacionam e se definem em diferentes tempos e espaços. Dizendo de outro modo, estudamos gênero quando nos aproximamos das diferentes formas como homens e mulheres vêm construindo seu pertencimento generacional. Dizer que essa forma é múltipla não é o bastante para compreendermos melhor essas relações; antes, pode contribuir para uma nova forma de estigmatizar homens e mulheres.

O texto aqui apresentado é fruto, de certo modo, do incômodo frente às recorrentes representações que envolvem a presença de mulheres no magistério elementar. O magistério certamente foi, e continua sendo, uma das funções em que o peso das representações em torno do feminino exerceu maior influência. Mulheres são meigas, amorosas, abnegadas, cuidadosas; são femininas. Não é sem propósito que a entrada maciça de mulheres no magistério elementar, ocorrida em todo o mundo no decorrer do século XIX e no Brasil de forma mais acentuada na

---

<sup>3</sup> A literatura – e as artes de modo geral – talvez constitua uma das formas que nos permite aproximação com o inapreensível das relações entre homens e mulheres na história.

<sup>4</sup> Para alguns campos a diferença sexual sobrepõe-se a outras (econômica, étnica, geracional, costumes). A Psicanálise, que tem como referência constante a tensão entre o universal e o particular, traz de certo modo essa perspectiva. Contudo, não se pode perder de vista a indissociação desses elementos (e que indistintamente deixam marcas perceptíveis no corpo).



virada para o século XX, ficou conhecida como ‘feminização do magistério’. Fenômeno internacional, coincidente com a ampliação das possibilidades do mundo do trabalho, majoritariamente ocupado por homens e que, ao perceberem melhores oportunidades de empregabilidade, deixam espaço do magistério, que vai se tornando menos atraente para eles, e até reivindicam, por diversos modos, a presença da mulher, que de forma progressiva vai sendo entendida como estereótipo da boa professora. Relato caricaturado, empobrecido, grosso modo, tem a intenção de demonstrar que esse processo, muitas das vezes, parece ser uma história conhecida de antemão, fato para o qual muito influencia certa tradição historiográfica da temática.

Em estudo de doutoramento que venho desenvolvendo, proponho-me a acompanhar a trajetória de algumas mulheres que se tornaram professoras ao longo do século XIX. Tem-se como horizonte compreender as formas pelas quais essas mulheres foram autorizadas/se autorizaram à docência, ou seja, problematizar as elaborações que acompanharam sua inserção no magistério elementar, tendo como recorte geográfico a província de Minas Gerais.

Nas últimas décadas estudos sobre ofícios realizados por mulheres tem se avolumado, propiciando densidade à temática. A participação de mulheres no universo do trabalho compõe, juntamente com família, participação social, maternidade, sexualidade, condição feminina, interesse frequente de pesquisadoras da história das mulheres – ressaltando a predominância de mulheres que convergem seus interesses para essas temáticas. A produção historiográfica sobre História das Mulheres vem crescendo nos últimos anos e assumindo um caráter plural, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados, especialmente no Brasil, onde a produção internacional vêm se refletindo nos debates acadêmicos<sup>5</sup>.

A temática encontra-se demasiadamente ampla e complexa para ser reproduzida no espaço deste texto, e fugiria a seu propósito. Meus interesses de leitura sobre os ofícios realizados por mulheres convergem, em grande medida, para um ponto central: se as mulheres professoras não fossem para essa ocupação, teriam possibilidades de exercerem outras? Esse questionamento se desdobra em outros: Quais eram efetivamente as oportunidades de trabalho para as mulheres do século XIX? Até que ponto as representações em torno do lugar das mulheres conformavam suas ocupações?

---

<sup>5</sup> Apesar de não retomá-lo, gostaria de salientar o denso debate que tem mobilizado historiadoras, sociólogas, antropólogas, psicanalistas em torno da História das Mulheres e Gênero. Os Cadernos Pagu de 1994 publicaram, em um mesmo número, textos de três dessas pesquisadoras: Joan Scott, Louise Tilly e Eleni Varikas, em que discutem o assunto, em diferentes perspectivas. Cf. Cadernos Pagu (3), Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, Campinas/SP, 1994, p.11- 84.



Esses questionamentos vêm me acompanhando durante o trabalho de coleta e análise de dados no decorrer da pesquisa e uma fonte potencialmente relevante tem sido o *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*<sup>6</sup>, jornal circulante na cidade de Ouro Preto, nas décadas de 60 e 70 do século XIX. Como ele traz, organizado por cidade, informações sobre cargos públicos e ofícios em geral de várias localidades, além de discriminar o nome de quem o ocupa, tem fornecido elementos importantes para se pensar as ocupações de mulheres, sobretudo nas décadas citadas.

O *Almanack*, por referir-se à província mineira, estende essas ocupações a dezenas de cidades. Posso dizer de certa surpresa, ao perceber uma quantidade significativa, se comparada ao montante geral, de mulheres ocupando ofícios diversos. Não tenho a intenção de desenvolver nenhuma reflexão mais sistematizada sobre a questão, o que seria possível por meio de análises qualitativas, com dados sobre as diversas cidades, porcentagens, estatísticas; mas o que se objetiva aqui é, de forma geral, trazer mais um elemento que contribui para nos aproximarmos da ambiência, do cotidiano e da vida de mulheres do século XIX, como possibilidade para pensarmos em uma multiplicidade vivida por um grupo que, em grande medida, tendemos a homogeneizar.

Cito, aqui, alguns dos ofícios exercidos por mulheres descritos no *Almanack*, em 1864, 1865, 1870 e 1875: negociante de gênero do país, negócio de fazenda seca, negócio de fazenda molhada, agricultora, fazendeira (fazendas que cultivam cana, café, algodão, mandioca, gêneros alimentícios variados; inclusive com grande escala, entre mais notáveis e produtivas<sup>7</sup>), criadora, mineira (algumas nas estatísticas de quem empregava mais de 20 escravos), florista, dona de confeitaria, padeira, dona de hospedaria, ourives, dona de armazém de sal, professora particular, proprietária de colégio para meninas, diretora de colégio particular, aposentada (professoras), caieira, negócios de ferragem, estalagem, criadora de gado, parteira, rancheira (para tropa), farmacêutica (deu prosseguimento ao trabalho do marido falecido), proprietária de fábrica de cigarros, ferraria (deu prosseguimento ao trabalho do marido falecido), engenhos (movidos por animais, por água, de cilindro, de serra), fábrica de ferros, carreira, fabricante de cal, capitalista, botica (viúva de boticário assume ofício), lavradora, proprietária de fábrica de vinho, parteira,

---

<sup>6</sup> *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. (Ouro Preto, 1864, 1865, 1870, 1875). Microfilme Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FAFICH/UFMG.

<sup>7</sup> Um dado curioso refere-se à presença considerável de mulheres na lista de proprietários devedores de foros da Câmara Municipal da Cidade de Sabará, em 1869. Dos 415 proprietários devedores, 134 eram mulheres, ou seja, cerca de 33%. (Acervo da Câmara Municipal de Sabará, 1869).



modista, fábrica de algodão, exportadora de fumo, mineradora, proprietária de carro de quatro rodas, professoras de dança, escritora<sup>8</sup>.

Pode-se encontrar, em meio a essa documentação, referências a negócios de família, onde consta o nome da proprietária e, em seguida o dos filhos, ou do marido falecido (viúva de). Se muitos desses ofícios, como o de ourives, farmacêutica, boticária, que exigiam maior especialização, mas também os de negociantes e fazendeiras podem ser pensados como herança dos maridos falecidos e, portanto, contingência de sobrevivência, fato é que muitas delas destacavam-se na função e, em alguns casos, exercendo posição de comando. E, possivelmente, nem todas fossem viúvas. Estudos como os de Marcus Vinícius Fonseca (2009) e Vanda Praxedes (2008), dentre outros, chamam atenção para a recorrente prática de mulheres chefiando domicílio em Minas, nos séculos XVIII e XIX, não só na condição de viúvas<sup>9</sup>.

Vanda Praxedes (2008)<sup>10</sup>, utilizando-se de fontes variadas, com destaque para testamentos e inventários, constata número significativo em Minas, no período que vai de 1770 a 1880, de mulheres chefiando domicílios, fossem elas viúvas, divorciadas ou solteiras (com ou sem filhos). Segundo a autora, as dimensões sócio-culturais e o padrão de relação estabelecido entre essas mulheres e os homens em geral complexificam em muito a tradicional interpretação vinculada à pressão demográfica e dificuldade de casamento entre desiguais apontadas pela historiografia, constituindo-se em elementos essenciais para a formação de domicílios matrifocais entre os séculos XVIII e XIX em Minas.

#### Para Praxedes, as mulheres chefes de domicílio

distinguiam-se por suas experiências, pela situação familiar, pela condição social, pela cor, por suas trajetórias e por suas ocupações. O universo das práticas sociais, que envolviam a atuação das mulheres, foi mais plástico do que aquele previsto nas normas e nos discursos, rompendo com a idéia de que o papel da mulher era aquele restrito à esfera privada, ao recesso do lar, o cuidado com a casa e filhos. O universo do homem estava ligado à esfera pública, à rua, ao trabalho e à vida social. Na prática esses papéis foram recriados, invertidos, improvisados, subvertendo a norma e o discurso e, inclusive no exercício de determinadas ocupações por mulheres (PRAXEDES, 2008, p. 18).

Em estudo que tem como foco o perfil racial das escolas mineiras do século XIX, em que destaca uma presença significativa da população negra nas escolas elementares, Marcus Vinícius Fonseca (2009)<sup>11</sup>, corrobora as análises de Praxedes, também percebendo presença significativa de

<sup>8</sup> Os dois últimos, conforme dados do jornal O Universal, 04/02/1839 n°14 p.04.

<sup>9</sup> Para Maria Odila da Silva (1984) o fenômeno de mulheres solteiras chefes de domicílio parece peculiar ao processo de urbanização como um todo em países da América Portuguesa.

<sup>10</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770/1880)*. Belo Horizonte: Tese de doutorado, FaFiCH/UFMG, 2008.

<sup>11</sup> Impossível ficar indiferente às provocações de Marcus Fonseca quanto ao perfil racial da população mineira dos oitocentos. Atenta a questões raciais, elas certamente ajudarão na análise das trajetórias de mulheres. FONSECA,



mulheres chefes de domicílio na província mineira, tendo como referência principal as listas nominativas do início do século. Segundo ele, há nos grupos familiares chefiados por mulheres dois segmentos: viúvas e solteiras, representando uma média de aproximadamente 36% da chefia dos fogos de sua amostragem.

Além dessa constatação importante, avança quanto à inserção social dessas mulheres. Percebe imbricação entre a presença de mulheres na condição de chefes de domicílio e a elevada incidência de domicílios com crianças freqüentando escolas.

A questão de gênero deve ser objeto de pesquisas que considerem a possibilidade de as mulheres terem sido um dos grupos que mais rapidamente percebeu a importância social da educação escolar; não podemos afirmar isso de forma conclusiva, mas trata-se de uma explicação razoável para compreendermos esta representação expressiva das mulheres nos fogos que possuíam crianças nas escolas (FONSECA, 2009, p. 227/228)

Trabalhos como o de Vanda Praxedes e Marcus Fonseca podem ser lidos num sentido de *falicização*<sup>12</sup> de um grupo de mulheres que se distinguiam do comum de sua época, da condição feminina vigente. A mim, antes fazem repensar a própria idéia de *condição feminina*. Em diferentes tempos, em diferentes contextos, parece ter havido uma multiplicidade de formas de se inscrever no feminino.

E, se concordamos com a dificuldade de se apreender essa multiplicidade na história, devemos concordar também que estudos com acurado tratamento empírico em muito tem ajudado nessa tentativa de aproximação histórica. Mais de perto, no que se refere aos ofícios realizados por mulheres em Minas Gerais, Luciano Figueiredo<sup>13</sup>, merece nosso destaque.

O autor, trabalhando com mulheres pobres em Minas no período colonial, conclui por sua significativa participação nas práticas sociais e econômicas. Dividiam com os homens atuação em panificação, tecelagem, alfaiataria. Dominavam quase com exclusividade quando tratava-se de atuações como costureiras, doceiras, fiandeiras, rendeiras, cozinheiras, lavadeiras, criadas, parteiras<sup>14</sup>. Também encontrou evidências significativas de mulheres roceiras, criando animais,

---

Marcus Vinícius. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

<sup>12</sup> Refiro-me aqui a perspectivas de análise que, a despeito de tradição historiográfica de subjugamento feminino, caminham para o extremo da heroização de algumas mulheres. Para a psicanálise, grosso modo, o falo é artifício cultural, simbólico e universal, que representa a plenitude/completude/poder, associado à figura masculina, em recusa à feminilidade, lugar da ausência, da castração. Como perspectiva recente, tem-se um movimento de contraposição do falocentrismo, denominado por Regina Neri de ginocentrismo, que refixa a conduta fálica, agora em referência a mulheres. Sobre isso, conferir NERI, Regina. *A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade*. Novas configurações da diferença sexual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>13</sup> FIQUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, 3 ed. p. 141-188.

<sup>14</sup> Algumas recebiam cartas de exame, uma espécie de licença concebida pelas câmaras municipais, após prova prática assistida por médicos e sangradores, tornando-se aptas a exercer legalmente a função (FIGUEIREDO, 2000, p. 142/143).



plantando gêneros alimentícios, fabricando alimentos importantes para abastecimento local. Essa participação se acentuaria em Minas a partir da crise mineradora, em fins do século XVIII e início do XIX, chegando a predominarem frente aos homens nessa atuação<sup>15</sup>.

Dentre as atuações citadas, Figueiredo destaca o comércio, tendo presença significativa de mulheres em todo o país. Com origem nas ‘negras de tabuleiro’, que garantiam o abastecimento de população espalhada por rios e regiões de mineração, o comércio ambulante conviveu com as pequenas vendas administradas por mulheres (muitas delas negras forras), transformando-se em uma das atuações mais importantes das mulheres pobres da sociedade mineira<sup>16</sup>.

Mas o cenário da casa também era de produção:

Ao que tudo indica, entre as camadas empobrecidas a divisão dos papéis obedeceu muito mais às necessidades econômicas que qualquer preconceito sexual na distribuição das tarefas. A transferência da chefia dos domicílios para a mulher nos núcleos familiares simples tornou a atuação feminina tão mais importante quanto mais íntima era a associação entre vida doméstica e trabalho produtivo (FIGUEIREDO, 2000, p. 179/180)

Contudo, apesar da acentuada importância das mulheres no mundo da produção, o autor não deixa de salientar a grande miséria e exclusão do mercado de trabalho, que por vezes empurraram muitas delas, sobretudo negras forras, para a prostituição, demonstrando destemor de mulheres que viviam sob fortes medidas repressivas, em uma região marcada por tensões e conflitos, próprios da prática da mineração.

Ofícios exercidos por mulheres nas Minas colonial também é objeto de estudo de Cláudia Oliveira (2008)<sup>17</sup> que, com base em inventários, destaca ofícios exercidos por meninas órfãs na Comarca do Rio das Velhas. Se Luciano Figueiredo percebe atuação preponderante no comércio, Cláudia Oliveira destacará, para a comarca de Sabará, Minas Gerais, atuações de mulheres órfãs em ofícios manuais, como fiandeiras, costureiras e rendeiras. Além de prepará-las para o trabalho, o aprendizado dos ofícios manuais significou importante via para a inserção de algumas mulheres na sociedade colonial mineira. Se aprender a tecer, bordar, fiar seria uma forma de preparar para o casamento, igualmente poderia garantir sustento próprio e, não raro, o de sua família.

A aprendizagem desses ofícios criava uma rede de sociabilidade importante para as mulheres, uma vez que se relacionavam com a aprendiz, com seus familiares, tutores, trazendo

---

<sup>15</sup> “Se examinarmos Vila Rica nos primeiros anos do século XIX, do total de roceiros, lavradores e hortelões anotados pelo censo, encontraremos 51 mulheres para 27 homens.” (FIGUEIREDO, 2000, p. 143).

<sup>16</sup> Das licenças concebidas pela Câmara de Vila do Carmo (atual Mariana), em 1796, para comercialização, 61% foram dadas à mulheres, segundo dados de Luciano Figueiredo, 2000.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, FaE/UFMG, 2008.



dinamismo ao interior dos domicílios. Esse aprendizado, transformado em conteúdo escolar durante boa parte do século XIX<sup>18</sup>, poderia inclusive garantir outras inserções às mulheres.

Ofícios manuais parecem ter sido, ainda no dezenove, incorporados pelas senhoras em Minas. No anúncio seguinte, de 1832, publicado no jornal *O Universal*, de Ouro Preto, mas com circulação em várias cidades do interior da província, disponibilizava-se o ensino do cozer, do bordar, do talhar, além de ensinar meninas a dançarem, aos moldes da Corte, possivelmente..

Uma Senhora casada, modista proximamente chegada da Corte, se propõe a ensinar meninas a dançar, cozer, bordar, talhar, e fazer todos os trajes de Senhoras com gosto e perfeição. As Senhoras que se quiserem utilizar do seu préstimo, podem dirigir-se em Sabará a rua da Cadeia, quinta casa à esquerda, na certeza de que serão bem servidas, e por preço cômodo: também se fazem para fora todos os arranjos de Senhoras, inclusive sapatos muito modernos. (*O Universal* 27/01/1832 nº703 p.04)<sup>19</sup>

Se hábitos e costumes, como o da dança, vindos de uma cidade acentuadamente mais urbanizada, como o Rio do Janeiro, foram incorporados pelas famílias de Sabará, não sabemos. O que é possível pensar com mais tranqüilidade é que a clientela dessa senhora tenha predominado em seus outros serviços. As mulheres ensinavam muitas coisas... Nasceram ensinando, para Eliane Marta Lopes (1993)<sup>20</sup>.

Contudo, se ensinavam a cozinhar, a coser, a dançar, passaram também, à medida que foram dominando a arte, a ensinar as primeiras letras. Professora elementar parece ter sido um dos primeiros cargos públicos a ser ocupado por mulheres e, durante algum tempo, um dos poucos. A possibilidade de se tornar funcionária pública parece ter revestido a função de grande atrativo.

Pode-se apreender deste estudo, ainda incipiente, a plasticidade das mulheres no que diz respeito ao trabalho. Se associamos facilmente a figura feminina ao universo privado e, quando muito, ao trabalho docente (compreendido por alguns como extensão familiar), podemos perceber certa multiplicidade nessas funções que, de certo modo, denunciam formas diversas de vivência do feminino na história.

---

<sup>18</sup> Trabalho de agulha tem centralidade nos currículos de meninas das escolas de primeiras letras. Sobre este assunto, conferir alentado trabalho de Maria Cristina Soares de Gouvêa. Os Fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX. Trabalho apresentado no GT: História da Educação da ANPED, em 2003.

<sup>19</sup> O material referente ao jornal *O Universal* me foi gentilmente cedido por Raquel Pacheco, orientanda de iniciação científica de Luciano Faria Filho. O estudo que eles vêm desenvolvendo tem o jornal como objeto e fonte principal de pesquisa. Cf.

<sup>20</sup> LOPES, Eliane Marta S. Teixeira; BICALHO, Marly Gonçalves. Colégios Religiosos Femininos e Masculinos em Minas Gerais: um mapeamento ainda provisório. *Educação em Revista*, Belo Horizonte (17): 47-55, jun. 1993.